



Lei nº 4.821 de 20 de OUTUBRO de 20 15

Declara de Utilidade Pública, no âmbito do Município de Teresina, a ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE SÃO JOSÉ DE ILANZ, e dá outras providências. (*)

O Prefeito Municipal de Teresina, Estado do Piauí

Faço saber que a Câmara Municipal de Teresina aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, no âmbito municipal, a **ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE SÃO JOSÉ DE ILANZ**, instituição civil autônoma de direito privado, filantrópica e sem fins lucrativos, fundada em 16 de novembro de 1971, por duração indeterminada, registrada no CNPJ nº 45.445.434/0001-33, sediada na Rua Gabriel Soares, Vila Nossa Senhora da Guia, Zona Sudeste do Município de Teresina - Piauí.

Art. 2º O reconhecimento oficial de que trata o artigo 1º desta Lei, confere legitimidade e credibilidade a **ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE SÃO JOSÉ DE ILANZ**, com a promoção das seguintes ações:

- I – prestar serviços à coletividade nas áreas da assistência social, saúde, educação, cultura, esporte e lazer;
- II – impedir qualquer tipo de preconceito ou discriminação de cor, sexo, raça, credo religioso, classe social ou convicções políticas, filosóficas e de nacionalidade.

Parágrafo único. Observado o cumprimento das ações normatizadas nos incisos deste artigo, a **ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE SÃO JOSÉ DE ILANZ** fará jus aos benefícios municipais quanto às isenções, subvenções, doações e auxílios previstos na legislação vigente.

Art. 3º Os efeitos desta Lei cessarão com o cometimento comprovado, pela associação, das seguintes infrações:

- I – alterar a finalidade estatutária para a qual foi instituída, ou negue-se a cumpri-la;
- II – modificar seu Estatuto Social, ou sua denominação, sem a devida comunicação ao órgão competente do Município;
- III – utilizar recursos públicos recebidos a título de subvenções, doações, contribuições ou auxílios em desacordo com a legislação vigente;
- IV – usar a associação para o fim político-partidário.



Prefeitura Municipal de Teresina

Art. 4º O Poder Executivo Municipal atribuirá competência a um de seus órgãos da Administração Pública para realizar o cadastramento e a fiel fiscalização do cumprimento desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina (PI), 20 de outubro de 2015.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO

Prefeito de Teresina

Esta Lei foi sancionada e numerada aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

CHARLES CARVALHO CAMILLO DA SILVEIRA

Secretário Municipal de Governo

(*) Lei de autoria da Vereadora Teresa Britto, em cumprimento à Lei Municipal nº 4.221/2012.